

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coetane Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



4 MAI 1988

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Director Responsável

RUY MESQUITA

Directores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

A desforra póstuma de Artur Bernardes

Estão de parabéns os denodados defensores da "soberania nacional" — os "nacional-soberanistas" da Assembléia Constituinte — esses autênticos representantes da mentalidade de Bandung. Na Conferência de Bandung, realizada nos idos de 1956, os países afroasiáticos, na sua maioria recém-libertos do colonialismo europeu, inauguraram oficialmente o terceiro mundo, uma filosofia nacionalista que pregava a equidistância entre as duas superpotências então envolvidas na guerra fria, mas que na realidade se traduziu em uma política que se baseava na transferência das culpas do colonialismo europeu para os Estados Unidos, apontados, então, como a encarnação do neocolonialismo, de cunho econômico. Essa filosofia e essa política já foram abandonadas há muito tempo pelos países asiáticos não comunistas e até por alguns comunistas — como a China pós-Mao Tsé-tung — muitos dos quais estão hoje perfeitamente integrados na modernidade da nova economia mundial. Apenas os países africanos continuaram a praticar a política terceiro-mundista, mais tarde acompanhados por alguns países latino-americanos, entre os quais se destaca, hoje, o Brasil.

Nossos denodados bandunguistas da Assembléia Nacional Constituinte estão de parabéns porque, tendo conseguido fazer prevalecer na nova Constituição brasileira os princípios básicos da "filosofia econômica" de Bandung, mesmo antes de todas as asinices nacionalistas e estatizantes incluídas no texto constitucional serem sacramentadas definitivamente, eles já conseguiram assustar os poderosos investidores estrangeiros que poderiam trazer para o Brasil o capital de que o País precisa para criar cerca de dois milhões de novos empregos por ano e ainda melhorar a vida dos brasileiros que estão empregados mas recebem salários que estão entre os mais baixos dos países em estágio de desenvolvimento semelhante ao nosso.

"Fatos que mostram que o objetivo desse país de tornar-se uma grande potência está comprometido por uma política nacionalista que, em um futuro próximo, provavelmente manterá em uma posição vulnerável as empresas estrangeiras, além de colocar em dúvida a possibilidade de um acordo com o FMI" — escreveu o mais influente jornal econômico do mundo, o *Wall Street Journal* ao comentar as últimas decisões da Constituinte nacionalizando a pesquisa e lavra de minerais e a proibição dos contratos de risco.

Sem contar o atraso que isso poderá provocar nas negociações com o FMI e os bancos credores, impedindo o acesso a novos empréstimos e exigindo esforços cada vez maiores para assegurar substanciais superávits na balança comercial, a onda nacional-estatizante que varreu a Constituinte irá contabilizar um prejuízo inicial de alguns bilhões de dólares para o Brasil só na área mineral. Como mostra o *Journal*, um terço das grandes companhias minerais que operam no Brasil é estrangeira, com investimentos de cerca de dois bilhões de dólares; elas são responsáveis por 20% da produção global do País no setor, num total de cerca de três bilhões de dólares. Evidentemente, esses três bilhões deixarão de "nascer" todos os anos das minas brasileiras e os investimentos serão repatriados quando essas empresas forem obrigadas a deixar o Brasil.

Para se ter uma idéia mais clara de qual será o tamanho do prejuízo que os bandunguistas armaram para nosso país, basta registrar um pequeno trecho da conferência do embaixador japonês no Brasil, Koichi Komura, no simpósio "Brasil/Japão: novos caminhos da cooperação": "Aqueles que pensam que boa parte desses vinte bilhões de dólares (dinheiro que o governo japonês tem disponível para aplicar, como forma de ajuda econômica, nos países endividados) vem para o Brasil, estão equivocados". Segundo Komura, e outros conferencistas como Tamatsu Yamaguchi, diretor-superintendente do Banco de Tóquio Ltd., e Tadashi Kurarani, ex-ministro das Relações Exteriores, dificilmente seus patrícios se arriscarão a colocar mais dinheiro no Brasil no momento atual.

"As atrações para investimentos no Brasil de forma alguma são ruins. Mas a viabilização das aplicações depende da estabilidade político-econômica do País" — resumiu o diretor do Banco de Tóquio.

Não resta a menor dúvida de que estamos passando por uma situação econômica crítica, com a inflação batendo nos 20% ao mês, com um déficit público excessivamente alto, o que realmente inibe os investimentos, aliás, como ressaltou o embaixador Komura em sua palestra. Este, porém, é um problema conjuntural, que pode ser vencido com uma ação decidida do governo, como vem propondo o ministro da Fazenda. Já o problema político — estatização, freios ao capital estrangeiro, excesso de regulamentação na economia — depois de inscrito definitivamente na Constituição, torna-se muito mais difícil de ser removido.

O texto da futura Constituição aprovado até agora está sendo uma "conquista" daquela corrente de pensamento brasileira que ao longo de nossa história nunca se conformou com a abertura dos portos "às nações amigas", promovida por D. João VI em 1808, quando ele aqui aportou fugindo do furacão napoleônico que varria a Europa. Esses grupos sempre quiseram manter o Brasil orgulhosamente tupiniquim, orgulhosamente atrasado, soberanamente miserável. A última tentativa de restabelecer institucionalmente o que teve vigência entre nós antes de a corte portuguesa aportar nestes tristes trópicos ocorreu na Constituinte de 1946. Curiosamente, como descreveu o jornalista Octávio Thyro de Andrade em um artigo que publicamos ontem, dentro daquela Assembléia, defendendo as restrições ao capital estrangeiro, estavam os mesmos grupos que se uniram agora vitoriosamente em Brasília: os nacionalista-reacionários, comandados pelo ex-presidente Arthur Bernardes, os comunistas, com Caires de Brito, e os políticos fisiológicos, representados pela figura de Agamenon Magalhães. Não faltou nem o estímulo de alguns empresários nacionais. Na ocasião, no entanto, não houve a participação dos militares nacionalistas, que desta vez foi decisiva para a vitória das posições nacional-estatizantes. Naquela época, os militares brasileiros acabavam de retornar da guerra contra o nazi-fascismo na Europa e estavam imbuídos do verdadeiro espírito democrático e fascinados com o poderio e progresso dos Estados Unidos.

Bernardes — que no seu período presidencial havia "nacionalizado" as minas brasileiras — e seus companheiros foram então derrotados. Hoje a derrota foi vingada. Puxando a fila dos "vingadores", carregando a bandeira de Arthur Bernardes, estava o seu discípulo ideológico, o senador saltitante Severo Gomes. Logo atrás, representando o espírito de Agamenon Maga-

lhães, vinham seus contrerrôneos Fernando Lyra e Cristina Tavares. E, fechando a fila, carregando a chama do comunismo de Caires de Brito, o deputado Roberto Freire garantia a desforra póstuma.

O Brasil está novamente fechado ao capital estrangeiro, como sonhava o antigo presidente que governou quatro anos sob estado de sítio para que prevalecesse o seu arqui-reacionarismo...